



**FACULDADE ASCES
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**BIELORRÚSSIA, UCRÂNIA E RÚSSIA: O COMPLEXO REGIONAL
DE SEGURANÇA E A UTILIZAÇÃO DOS FATORES ECONÔMICO
E IDENTITÁRIO COMO FOMENTADORES DA POLÍTICA
SECURITÁRIA REGIONAL**

MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DA SILVA

**Caruaru
2016**

CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**BIELORRÚSSIA, UCRÂNIA E RÚSSIA: O COMPLEXO REGIONAL
DE SEGURANÇA E A UTILIZAÇÃO DOS FATORES ECONÔMICO E
IDENTITÁRIO COMO FOMENTADORES DA POLÍTICA
SECURITÁRIA REGIONAL.**

Monografia apresentada por Maria da Conceição Gomes da Silva, ao curso de Relação Internacionais do Centro Universitário Tabosa de Almeida Faculdade, como exigência para obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Ma. Mariana Lyra.

Caruaru
2016

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Ma. Mariana Preta de Oliveira Lyra

Primeiro Avaliador: Prof. Dr. Marconi Aurélio

Segundo Avaliador: Prof. Me. Gustavo Rocha

CARUARU
2016

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, gostaria de agradecer a Deus, pela capacidade de escolher pessoas maravilhosas para minha vida, por me fazer seguir mesmo nos dias mais escuros, pela proteção e determinação providos ao longo da minha vida. A Conceição Aparecida Gomes da Silva e José Bezerra da Silva Irmão, pais dedicados com uma capacidade de amar imensuravelmente cujos valores, ensinamentos e o amor pelo aprendizado levarei comigo pelo resto da minha vida

A minha irmã querida Cássia Rebeca, por todos os momentos compartilhados, por as lágrimas, risadas e sobretudo por toda a confiança depositada na nossa relação. A minha avó materna Ina por todos os conselhos e por me oferecer um amor capaz de superar qualquer obstáculo.

A Yago Cesar, pessoa que amei desde o primeiro momento e que pretendo compartilhar todos os anos da minha vida, meu amor, meu confidente e acima de tudo meu melhor amigo. A Arthur, meu Tutuzinho meu amor mais sublime e a sua capacidade de mostrar que por maior que seja a dificuldade não há nada que não se resolva com seu sorrisinho, obrigada por me fazer mais forte.

Aos meus amigos, colegas e companheiros pelos conselhos, companhia e palavras de ajuda. Obrigada por todo o suporte oferecido, pelos momentos de descontração e as memórias de que guardarei para sempre. A minha orientadora Mariana Lyra por todo suporte e atenção oferecidos, por acreditar e me oferecer apoio e por transcender o papel de professora, mostrando a dedicação, paciência e mostrando-se acima de tudo como uma verdadeira amiga.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota de água”.

(Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

A desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) resulta no surgimento de quinze novos Estados Independentes, que passam a atuar no sistema internacional como países soberanos. Contudo, as relações verificadas no cenário pós-soviético entre Rússia, Ucrânia e Bielorrússia apresentam singularidades ímpares que não acomentem as demais nações oriundas da URSS. A origem em conjunto e o histórico partilhado resultam na proximidade cultural e percepção indentitária similares. Outro fator concomitante a intensificação da zona de atuação da Federação Russa sobre os demais países caracteriza-se pela utilização dos fatores econômicos e enérgicos, resultando na supremacia da Rússia frente aos demais países. Com o intuito de analisar o escopo em que se inserem as relações cooperativas e conflituosas entre os países analisados o presente trabalho estrutura-se através dos pressupostos da teoria dos Complexos de Segurança Regionais desenvolvidos por Buzan e Waever (2003), discorrendo posteriormente sobre os fatores de interdependência regional, as ameaças potenciais ao complexo e a atuação de mecanismos internacionais na região em que o Complexo Regional de Segurança (CRS) está inserido e buscando identificar as singularidades que envolvem o Complexo impossibilitando Ucrânia e Bielorrússia de visualizarem-se e interagirem como entidades soberanas e caracterizando a unipolarização e hegemonia russa.

Palavras-Chave: Complexo Regional de Segurança. Ucrânia. Rússia. Bielorrússia.

ABSTRACT

The disintegration of the Union of Soviet Socialist Republics (USSR) resulted in the emergence of fifteen new independent states, which are now operating in the international system as sovereign countries. However, the relations established in the post-Soviet scenario among Russia, Ukraine and Belarus have odd singularities that do not come to the rest of the USSR. The shared origin and history resulted in similar cultural proximity and similar perception. Another factor contributing to the intensification of the Russian Federation's area of influence over other countries is the use of economic and energetic factors, resulting in Russia's supremacy over other countries. In order to analyze the scope of the cooperative and conflictual relations among the countries analyzed, the present work is structured through the assumptions of the Regional Security Complexes developed by Buzan and Waever (2003). Discussing later on factors of regional interdependence, the potential threats to the complex and the performance of international mechanisms in the region in which the CRS is inserted, seeking to identify the singularities that surround the Complex, making it impossible for Ukraine and Belarus to visualize and interact as sovereign entities and characterizing unipolarization and Russian hegemony.

Key Words: Regional Security Complex. Ukraine. Rússia. Belarus.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

CEI Comunidade dos Estados Independentes

CRS Complexo Regional de Segurança

OSCE Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte

SIPRI Stockholm International Peace Research Institute

UE União Europeia

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA PÓS-SOVIÉTICO	12
1.1. Estudo e Teorização acerca da Segurança Internacional	12
1.2. A Ascensão do Regionalismo na Agenda Pós- Guerra Fria	13
1.3. A Escola de Copenhague e a Natureza Regional	14
1.4. O Complexo Regional de Segurança Pós-Soviético	18
2. DA COOPERAÇÃO AO CONFLITO: O RELACIONAMENTO DOS ESTADOS CONSTITUINTES DO COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA PÓS- SOVIÉTICO	20
2.1. Hegemonia nas Relações Internacionais	20
2.2. Hegemonia e Unipolarização da Federação Russa no Bloco Regional Pós-Guerra Fria	21
2.3. Ucrânia: Herança Compartilhada, Processo de “Russificação” e a Revolução das Cores	24
2.3.1. Revolução Laranja: Coibição Nacionalista Ucraniana, a Formação de dois Blocos Rivais em um país	26
2.3.2. Contexto Atual: Diáspora Russa na Ucrânia, Identidade Cultural no Leste Europeu e onda de Revoluções	28
2.4. Bielorrússia: Imperialismo Russo como fator incapacitante em sua Implementação como Estado Autônomo	30
2.4.1 Revolução Jeans: Intervenção Estatal frente à atuação Ucraniana	31
3. PERCEPÇÃO DE AMEAÇAS FRENTE AO COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA PÓS-SOVIÉTICO	35
3.1. A Ascensão Russa no Cenário Regional: Um Novo Panorama Securitário	35
3.2. OTAN e a Expansão do Transatlantismo: Da Cooperação à Coalisão	37
3.3. Cooperação e Segurança: A Política Implementada pela União Europeia	40
3.4. Crise na Ucrânia: A Conflagração de um Conflito Étnico e a imposição de sanções através do Ocidente	41
3.5. O Papel Significativo da Ucrânia e Bielorrússia na Estruturação do Complexo Regional de Segurança	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

O colapso da União Soviética ocasionado em 1991 caracteriza cronologicamente o fim da tensão bipolar conflagrada entre os Estados Unidos e o Bloco Soviético, decorrente desse movimento quinze novos Estados iniciam o processo de transição de suas economias centralizadas para a posterior abertura ao livre mercado. Contudo dois países remanescentes da URSS (Ucrânia e Bielorrússia) abrem mão da intensificação de relações ocidentais com a Europa e intensificam os laços de parentesco eslavos com a Rússia.

Dentre os novos Estados soberanos a Federação Russa destaca-se frente aos demais, herdeira lícita do arsenal bélico Soviético, detentora de grandes fluxos de hidrocarbonetos e membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), o país, apesar de desestruturado institucionalmente e com uma área de atuação consideravelmente reduzida, consegue de maneira efetiva encabeçar e implementar um bloco regional guiado pelos ideais econômicos e identitários russos, ucranianos e bielo-russos.

Com o intuito de desvendar quais são os principais propulsores nas relações entre Rússia, Ucrânia e Bielorrússia o presente projeto busca, através do uso da epistemologia interpretativa construtivista e norteando-se por meio da teoria dos Complexos Regionais de Segurança de Buzan e Waever analisar como se conceberam e intensificaram-se as relações entre o conjunto de países eslavos que partilham o mesmo marco fundador, cultural e religioso, utilizando para tanto o método indutivo e fontes advindas de livros, artigos científicos, jornais e revistas eletrônicos.

Para tanto, o primeiro aspecto a ser observado é que o relacionamento estabelecido entre os três países é estabelecido através de relações que se conceberam com o transcorrer de séculos, legitimando a unipolarização russa e assegurando a flexibilização de fronteiras da Ucrânia e Bielorrússia. Dessa forma, o compartilhamento histórico aliado às sucessivas práticas imperialistas influenciam diretamente a formação identitária desses Estados, refletindo diretamente na política empregada entre eles.

As questões econômicas apresentam-se como fatores preponderantes na singularidade das relações entre os países do complexo regional analisado tendo em vista que a supremacia russa baseada na extração e exportação de recursos energéticos correlaciona-se com a distribuição de tais recursos, tendo em vista que as principais rotas de transporte de petróleo e gás natural estão sitiadas na Ucrânia e Bielorrússia conectando os países em questão, outro fator significativo nessa associação refere-se a dependência ucraniana e bielo-russa dos

hidrocarbonetos oriundos da Federação Russa, instaurando assim a hegemonia russa frente ao complexo.

Por fim o relacionamento entre os Rússia, Ucrânia e Bielorrússia é caracterizado pelo receio russo no que concerne ao aumento da influência Ocidental na política conduzida pelo país, principalmente após a recente onda de revoluções que acometeu a região e a crise na Ucrânia, com apoio de instituições internacionais, do bloco europeu e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Dessa forma, o presente trabalho almeja conferir destaque ao relacionamento econômico-identitário entre Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, analisando como se constituíram as relações estabelecidas atualmente, como o convívio de tais países afeta o Leste Europeu e como as ameaças advindas do Ocidente se manifestam e influenciam o Complexo regional Pós-Soviético.

1 O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA PÓS-SOVIÉTICO

1.1 Estudo e Teorização Acerca da Segurança Regional

O estudo das relações internacionais possui, desde seus primeiros esboços teóricos, a predominância de relações entre guerra e paz no sistema internacional. Porém, na década de 1990, juntamente com o fim da Guerra Fria, novas teorias ascendem simultaneamente ao multipolarismo diversificado pós-cortina de ferro. Tal processo passa a lidar com a emergência de blocos regionais, a instabilidade de “ameaças modernas¹” e a ampliação de mecanismos de governança global.

A queda do Muro de Berlim e a consequente implosão da União Soviética engendraram ao ambiente exterior a percepção de que o término de tal regime traria um contexto de paz e conflitos mais brandos, visto que os países ao longo do mundo recuperavam-se a pouco da bipolarização mundial. Paralelo a essa nova linha de pensamento, o sistema internacional articulava que os dispendiosos custos com aparatos militares e mecanismos de defesa dariam lugar ao redirecionamento de gastos a questões sociais e ambientais.

O conceito Realista de segurança, em que o modelo é derivado do poder, torna-se obsoleto diante de novos assuntos tratados na pauta da disciplina, tais como a segurança humana, ambiental e a ascensão de organizações internacionais como atores fundamentais em questões de vulnerabilidade no contexto exterior.

De acordo com Tanno (2003), a inabilidade do Realismo em antever o término do conflito bipolar sem que houvesse um confronto direto entre os Estados envolvidos, além de fortalecer as críticas e questionamentos em torno do oneroso custo com materiais bélicos incentivou a formulação de novas propostas teóricas relacionadas aos estudos de segurança.

A característica balança de poder², conduzida pela corrida armamentista e o poderio nuclear com capacidade de destruição massiva, a princípio ,deu lugar a redistribuição de poder e concepções alternativas nos estudos de segurança no âmbito das relações

¹ Para Buzan (2003), as ameaças modernas referem-se aos problemas advindos, principalmente, da regionalização da segurança no pós-Guerra Fria, tais como conflitos internos, terrorismo, disputas étnicas etc.

² Para Hans Morgenthau “O equilíbrio de poder e as políticas traçadas para preservá-lo não são apenas inevitáveis, mas é também um elemento estabilizador essencial em uma sociedade de nações soberanas. A instabilidade do equilíbrio internacional de poder deve ser debitada não à imperfeição do princípio, mas às condições particulares sob os quais o princípio tem de operar em uma sociedade de nações.” (Morgenthau, 2003, p.322).

internacionais. As escolas tradicionais³, direcionadas a questões puramente militares apresentaram-se limitações ao tentar fundamentar a difusão de novos atores no cenário internacional e questões relacionadas à vulnerabilidade dos Estados.

Apesar do engajamento presente no sistema internacional a cerca dos estudos relacionados à paz e abordagens de segurança alternativas nas décadas seguintes ao fim da Guerra Fria, que são pautadas pela deterioração do cenário político internacional e a eclosão de conflitos dentro dos países, a nova realidade vivenciada nas relações entre Estados dinamiza os temas a serem tratados na agenda trazendo ao sistema internacional a necessidade de compreensão de tais aspectos como conflitos relacionados à natureza identitária, religiosa e cultural.

1.2 A Ascensão do Regionalismo na Agenda Pós Guerra Fria

Para Cossul (2012), a segurança inicialmente voltada ao espectro nacional concede ao estudo das relações internacionais uma abordagem multisetorial trazendo a percepção nas abordagens de segurança que as ameaças não se concentram puramente em uma unidade estatal estável e restritiva e sim nos atores presentes na interação entre Estados. Sendo assim, a diversificação da disciplina permite a apresentação de um caráter diversificado e distinto da lógica bélica de combate a ameaças tradicionais.

De acordo com Costa (2015), após o desmantelamento do regime soviético é possível observar a crescente instabilidade vivenciada nos países do leste europeu bem como o agravamento de tensões e a conflagração de conflitos diversos apoiados por grandes potências internacionais.

É nesse cenário de maior complexidade das questões de segurança que emergem teorias que buscam tratar do enredamento assertivo da segurança no sistema internacional. Debates ligados a tentativas de alcançar um modelo eficiente de paz e estudos a cerca do assunto ganharam notável espaço em meio aos conflitos ligados ao fim da bipolarização mundial e posterior globalização.

Diante do contexto de menor centralização e alteração dos polos tradicionais de poder o debate regional manifesta-se como uma abordagem alternativa à análise global do sistema internacional cuja finalidade é o desenvolvimento de uma teoria capaz de tratar as diferentes

³ Realismo e Liberalismo, bem como as versões mais modernas de Neorealismo e Neoliberalismo.

peculiaridades vivenciadas no cenário internacional através da análise do espectro regional. Ou seja, indagar a relevância das regiões para o estabelecimento do cenário exterior.

De acordo com Hurrell (1995), para o melhor entendimento da estrutura regional é preciso averiguar separadamente a sistemática, as dinâmicas e os arranjos políticos, econômicos e culturais de cada região. O enfraquecimento das entidades estrangeiras com a dissolução da União Soviética e o fim da bipolarização possibilitam aos países espectadores da tal conflito a necessidade de lidar com questões dentro de seus respectivos escopos.

O caráter regional da segurança no pós Guerra Fria e a consagração de termos distintos dos anteriormente aplicados corroboram na criação de mecanismos integrativos, responsáveis pela promoção da estabilidade regional e por condicionar aos países vizinhos mais suscetíveis a ameaças externas fossem envolvidos nas políticas integracionistas dos países contíguos através do considerável aumento de interdependência das nações.

1.3 A Escola de Copenhague e a Natureza Regional

Contrao o debate voltado aos espectros intervencionista-belicista desenvolve-se em 1985, na Dinamarca, o *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI), também conhecido como Escola de Copenhague que objetiva promover os estudos ligados a paz e a segurança. Um dos seus principais expoentes é Barry Buzan.

De acordo com Wæver *et al*, (1990), com o objetivo de viabilizar a análise de segurança internacional através do escopo abrangente, assim como contrao o engessamento dos estudos no teor militar propostos pelos estudiosos americanos e russos os pensadores europeus objetivam revisar as então existentes abordagens através de uma lógica europeia que agrupe a princípios menos nacionais e voltados ao alcance e promoção da paz.

Através da análise construtivista, que pressupõe a ponderação dos dados para a construção e conclusão de qualquer argumento e o pressuposto neorealista da ausência de um governo global. Buzan e Wæver (2003) elucidam o conceito de segurança através de espectros macro/micro que analisam desde os níveis de segurança aos complexos regionalistas através da metodologia epistemológica de que nada é dado, e sim construído.

A teoria do Complexo Regional de Segurança demanda conciliar o sistema global e o Estado. Segundo seus autores, a definição de CRS é:

Um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 44).

O processo de securitização consiste na disseminação de uma ameaça existencial através do poder do discurso, tal ação caracteriza a politização do tema na agenda das relações internacionais, tornando o debate a respeito do assunto indispensável, justificando assim o estabelecimento de medidas extraordinárias fora das fronteiras nacionais como políticas emergenciais.

Para Hendler (2014), a securitização trata-se da construção e posterior fundamentação discursiva de um tema real das relações internacionais concebido pelo agente securitizador, caracterizando a securitização como o momento em que as medidas convencionais são ultrapassadas por ações de cunho extraordinário.

Ainda segundo Buzan e Wæver (2003), é possível que os Complexos Regionais de Segurança (CRS) apresentem Subcomplexos regionais, que se diferenciam unicamente através do tamanho, ou seja, devido à menor amplitude, os subcomplexos se inserem dentro de Complexos regionais maiores. Para os autores, os níveis de análise estendem-se em: doméstico, Estado-Estado, regiões e a importância de potências externas. O posicionamento dessas e a posterior intervenção afeta de forma direta relações entre Estados e regiões.

Em *People, States and Fear*, Buzan aponta que:

[...] a segurança é um fenômeno relacional. Como a segurança é relacional, não se pode compreender a segurança nacional de um determinado Estado sem entender o padrão internacional de interdependência de segurança no qual ela está inserida (BUZAN; WÆVER. 2003, p. 187)

A construção de blocos regionais e a cultura dos Estados que a constituem é passível da influência e atuação externa de outros Estados apesar da interação relacional econômica, geográfica e indenitária entre os países que encabeçam blocos regionais. Dessa forma, torna-se impossível compreender a dinâmica internacional de interação entre Estados sem considerar as premissas da regionalização já que a cooperação entre países ocorre muitas vezes através do estabelecimento de eixos regionais.

Apesar do caráter unitário da Teoria, Buzan e Wæver (2003) recorrem ao nível sistêmico global, endossando que com o fim da Guerra Fria o número de Estados que exercem poder na dinâmica internacional se estendeu e diversificou-se paralelo a essa ação, ampliou-se

também o papel difuso exercido pelos atores estatais.

Apresentando como variável central o poder na diferenciação das regiões, os autores delimitam a atuação de poderes em três categorias: Super-poder, grande poder e poderes regionais. Na primeira categoria o poderio apresenta capacidade de expansão e operação global desempenhando ou podendo desempenhar futuramente o papel de hegemonia no sistema internacional.

As grandes potências apesar de não atingirem o nível de predomínio sistêmico da ordem internacional possuem a predisposição do alcance de mais de uma região do mundo fazendo com que as políticas adotadas por essa classe influenciem diretamente territórios distintos aos quais estão inseridos e por fim encontram-se os poderes regionais cujas dinâmicas de poder estão concentradas na região em que estão inseridos.

De acordo com Buzan (1998), os complexos regionais de segurança caracterizam-se por apresentarem padrões constantes de amizade e inimizade, bem como polos de distribuição de poder entre os países constitutivos. Para Buzan e Waever (2003), a segurança regional possui um subsistema distinto capaz de influenciar diretamente os países pertencentes ao bloco devido à proximidade geográfica de tais Estados.

Com exceção das grandes potências, que possuem suas próprias dinâmicas de segurança, os demais países são afetados diretamente pelas ameaças existentes na região que estão inseridos, já que as ameaças percorrem mais rapidamente curtas distâncias, atingindo com mais facilidade os países próximos, tal fator denota a segurança o aspecto de interdependência, fazendo com que tais problemas não possam ser solucionados unilateralmente.

Ainda de acordo com os autores, podem existir variações dos Complexos Regionais de Segurança, condicionadas pela maior ou menor representatividade do Estado Hegemônico e caracterizando o nível sistêmico do Complexo, apresentando assim, Complexos de nível regional e Complexos formados por grandes ou superpotências como veremos na tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Resumo dos Tipos de Complexos de Segurança

Tipo	Característica Chave	Exemplo(s)
Padrão	Polaridade determinada por potências centrais	América do Sul; Oriente Médio; Sudeste Asiático; Chifre e Sul Africano.
Centrado	Superpotência	América do Norte;
	Grande Potência	Cis, potencialmente o Sul asiático.
	(Potência Regional)	Inexistente;
	Institucional	União Européia.
Grandes Potências	Bi- ou Multipolar com grandes potências como polos regionais	Europa pré-1945, Leste Asiático
Supercomplexos	Níveis inter-regionais fortes de dinâmicas de segurança decorrentes do spillover de grandes potências adjacentes	Leste e Sul asiático

Fonte: Tradução da Tabela 1 de Buzan & Waeber (2003, p 62, tradução própria).

Nesse sentido, o complexo tipo padrão é caracterizado pela polaridade condicionada por potências regionais, a América do Sul, o Oriente Médio, O Chifre e Sul africano e o Sudeste asiático ajustam-se nessa modalidade. Os complexos de tipo centrado segmentam-se em quatro categorias específicas: Superpotência; uma entidade unipolar voltada a um Estado, como exemplo os autores recorrem a América do Norte em relação aos Estados Unidos. Grande Potência assemelha-se a característica unipolar da modalidade anterior, contudo, exerce um nível de influência mais discreto que a superpotência, evidenciam-se como pertencentes a esse grupo a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), encabeçada pela Rússia e o Sul asiático.

As potências regionais, apesar de expostas e teorizadas apresentam-se como inexistente no cenário internacional, todavia, tal complexo designa-se como unipolar e centrado em uma unidade regional. Por ultimo, a forma institucional se consolida através de uma unidade institucionalmente condicionada a gerir a região como, por exemplo, a União Europeia (UE).

Diferente dos demais, o tipo de complexo grande potência possui capacidade de agrupamento em padrões de bipolaridade ou multipolaridade e assim como as grandes potências age deliberadamente em polos regionais. São exemplos dessa conformidade a Europa antes de 1945 e o leste asiático.

1.4 O Complexo Regional de Segurança Pós-Soviético.

A estruturação e formação de um Complexo Regional de Segurança derivam principalmente da integração dos países, seja ela por questões econômicas ou geográficas. Segundo Buzan e Waever “O CRS pós-soviético é composto pela Rússia e pelos outros Estados que compuseram a antiga URSS, tendo como sub-regiões a Ásia Central, o Cáucaso, os países bálticos e os países da porção ocidental (Ucrânia, Belarus Moldova)” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 397).

A maior intensidade nas relações de interdependência entre esses Estados, aliada as particularidades em assuntos culturais, econômicos e políticos inserem-se como primórdio fundador do Complexo Regional encabeçado pela Rússia.

A existência de um Estado central leva a que se pergunte qual o nível de assimetria de poder dentro da região e como é aceita a emanção de poder no Estado dominante. No caso do Complexo Regional de Segurança formado pelo espaço pós-soviético. O poderio da Rússia é muito superior ao dos demais países, o que impede, por exemplo que a Ucrânia se firme como uma potência regional, mesmo que tenha condições formais para tanto. (BUZAN E WAEVER, 2003. p.55).

O CRS Pós-Soviético que exerceu um papel fundamental no desdobramento na Guerra Fria apresenta-se com o fim de tal conflito como um complexo pós-soviético enfraquecido, orientado por uma Rússia instável política e economicamente e pela eclosão de contenciosos separatistas ao longo de todo o leste europeu.

De acordo com Alves (2012), a fragmentação da URSS revelou uma Rússia estruturalmente enfraquecida induzida ao estreitamento de relações com países ocidentais. Acredita-se quem o produto interno Bruto (PIB) do país tenha-se reduzido a metade em menos de uma década. Apesar da vulnerabilidade russa diante do cenário internacional referente à adoção de um sistema de obtenção de lucros distinto do adotado pelo Estado a percepção de ameaça constante advinda da Rússia não cessou fazendo com que os países europeus liderados pelos Estados Unidos viabilizassem alternativas de contenção da

influência do país no leste europeu através do alocamento das forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A estabilização e a consequência do protagonismo regional russo frente ao Complexo Regional de Segurança transcorre através da ascensão de Vladimir Putin, no ano 2000, à Presidência do país, convertendo a política externa à ampliação do vínculo com os países vizinhos. Operando através da influência no cenário político e econômico da Ucrânia e Bielorrússia, o governo da Rússia intensifica sua atuação nos Estados constituintes do Complexo Regional mediante apoio de líderes pró-russos sitiados em ambas as nações, explorando o estreitamento das relações com a Federação Russa e a subordinação econômica dos Estados adjuntos do CRS.

De acordo com Tsygankov (2006), a atuação da Rússia no complexo pós-soviético obedece três finalidades primordiais para a afirmação russa: (1) a manifestação militar da sua presença; (2) a proteção de russos étnicos residentes em tais países; e (3), por fim, a obtenção de vantagens econômicas tais como imposição de sanções, controle do fornecimento de recursos energéticos e a diferenciação de preços aplicados. Esses seriam os principais pilares da reinserção da antiga potência soviética nos países remanescentes da URSS, apresentando como objetivo central a necessidade de satisfazer seus interesses políticos e securitários.

Para Buzan e Waeber (2003), é possível atenuar o poder exercido pela dinâmica de centralidade da Federação Russa por meio da criação de um contrapeso, que se instituiria através da união de países denominada pelos autores como GUUAM. Formada por Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldova tais países, apesar de não possuírem um aparato bélico ou condições econômicas equiparadas às russas, poderiam exercer através da cooperação entre si uma zona de menor influência advinda da Rússia e posteriormente a aproximação de forças da União Europeia e OTAN.

Apesar de não apresentarem recursos viáveis para contrapor à atuação e capacidade persuasiva russa no Complexo Regional de Segurança, as relações desempenhadas por Ucrânia, Rússia e Bielorrússia não se encontram engendradas, tendo em vista que a transfiguração das dinâmicas de segurança dos países analisados designam-se como regulares, denotando padrões de cooperação e conflito constantes. Cabe ainda ressaltar que, mesmo compactuando dos mesmos princípios fundadores os países do CRS dispõem de relações distintas entre si, altamente caracterizadas pela ação de atores interregionais no Leste Europeu.

2. DA COOPERAÇÃO AO CONFLITO: O RELACIONAMENTO DOS ESTADOS CONSTITUINTES DO COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA PÓS-SOVIÉTICO

2.1 Hegemonia nas Relações Internacionais

As relações de poder denotam-se como fator constitutivo nas relações internacionais, a presença de uma sociedade anárquica, sem padrões de atuação entre Estados, ocasiona na disciplina o debate em torno dos fenômenos de coerção e domínio através da legitimação. Materializada inicialmente por Gramsci, o conceito de hegemonia parte do pressuposto de que tal ação é um fenômeno pertinente à dominação consentida, ou seja, a progressão de grupos sociais frente aos demais evidenciando o caráter de liderança e progressão de poder.

De acordo com Robert Cox (2007), importante transcritor da obra de Gramsci nas Relações Internacionais, o Estado se enraíza através de estruturas políticas da sociedade civil tais como instituições de espectro cultural, entidades religiosas e veículos de comunicação com o intuito de instituir condutas comportamentais em concordância com o sistema hegemônico vigente.

A diversificação e a instauração de novas pautas na disciplina, contudo, intensificaram o debate hegemônico na agenda internacional a partir de abordagens distintas. Para Beyer (2012), enquanto o escopo realista denota ênfase a distribuição irregular de poder e decorrentes do surgimento de hiatos entre Estados; o Construtivismo destaca a relevância das ideias, discurso e normas na interação entre países. Ainda para a autora, enquanto o modelo realista estrutura-se no fator materialista como consolidador das relações estatais; a perspectiva construtivista condiciona-se na presença de agentes como viabilizadores da interação no cenário internacional. Porém, apesar de diferenciarem-se quanto à concepção de hegemonia, seria necessária a utilização de ambas as teorias para a instauração adequada do modelo hegemônico.

Desse modo, o materialismo realista se expressa através da coerção de pessoas e utilização de recursos econômicos e militares enquanto a lógica dos agentes no construtivismo ressalta a importância dos agentes na construção identitária a partir dos atos de discurso. Por sua vez, enquanto a perspectiva hegemônica neorrealista encontra-se centrada nos princípios

da variação e busca constante de poder, denotando uma lógica voltada à ação estatal como primordial para o estabelecimento da hegemonia; a abordagem neoliberalista parte do pressuposto de que as relações de poder e a primazia no sistema internacional se estabelecem através da cooperação entre atores, tendo em vista que tal ação ofereceria vastos benefícios sem que houvesse o enfrentamento ou ultraje de militar e territorial como idealizado pela vertente neorrealista.

Em contraponto às teorias apresentadas, a perspectiva hegemônica construtivista alicerça-se no processo de reflexão a cerca do caráter normativo e a consolidação de identidades no sistema internacional através dos atos de discurso. Outro importante ponto no que concerne ao estabelecimento hegemônico é a interação proposta entre o agente e a estrutura. De acordo com Bueno (2009), os padrões de interação entre agentes são construídos intersubjetivamente condicionando os modelos socialmente aplicados na coletividade, enquanto a construção identitária baseia-se primordialmente nos interesses e atuação entre países. Desse modo, a construção e designação do modelo hegemônico parte da capacidade de coerção como determinante no comportamento dos atores e instituições internacionais.

2.2 Hegemonia e Unipolarização da Federação Russa no bloco regional pós Guerra Fria

Com o fim da União Soviética e posterior independência dos países que faziam parte do bloco, inicia-se a construção de uma nova ordem no Leste Europeu e parte da Ásia. A falência da URSS abre espaço para a convivência dos países que, devido à instabilidade econômica com o fim do regime, precisam se adaptar ao livre comércio estabelecendo relações entre si.

A estabilização econômica e a supremacia da Federação Russa como herdeira soviética desempenha fator categórico na formação de um polo regional que compartilha, sobretudo, valores culturais, geopolíticos e principalmente econômicos como aponta Olikier et al (2009, p. 109): “o economicismo da política externa russa desempenha aqui um importante papel, e o nível de dependência econômica dos países da Europa Ocidental é fator condicionante de sua atitude perante a Rússia”.

A hegemonia russa parte da recuperação e posterior consolidação econômica do país através de recursos energéticos, “Do ano de 1999 até 2007, o PNB per capita da Federação

Russa aumentou quase sete vezes, passando de US\$1.312 para US\$8.842” (OLIKER et al., 2009, p.1). Fator esse crucial na ampliação da atuação governamental Russa e decorrente subordinação econômica dos novos países independentes do Leste Europeu e Ásia Central.

Para Lazzari (2010), a militância desencadeada no governo Putin viabiliza a inserção internacional Russa através da recuperação econômica do país possibilitada pelas exportações de hidrocarbonetos na condição de gás natural, petróleo e derivados, matérias-primas das quais os preços em mercados internacionais sofreram uma constante ascensão. Seguindo os mesmos parâmetros, a política externa do país em particular a estendida aos países vizinhos estaria engendrada na necessidade de preservar e ampliar tal situação vantajosa.

Aliado a esses fatores, encontram-se ainda a extensão territorial Russa e o arsenal bélico proveniente do ex- Estado socialista alinhando assim, o domínio Russo sobre Ucrânia e Bielorrússia em esferas políticas, econômicas e militares. Segundo os dados do relatório anual de 2015 do *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)*⁴, a Rússia mantém um arsenal bélico estimado em 7.500 ogivas nucleares, sendo dessas 4.380 atribuídas às forças operacionais do país, 1.780 localizadas em mísseis balísticos e bases de bombardeio, enquanto cerca de 700 ogivas centradas em bombardeiros e submarinos são mantidas sobre armazenamento e em média 2.120 unidades encontram-se aguardando o desmanche. Ainda de acordo com o SIPRI, o ranking relativo a armamentos nucleares de 2016 mostra a Rússia como principal precursor de ogivas atômicas, ultrapassando o aparato americano e de importantes potências europeias como se observa na tabela 2 a seguir.

⁴ Os dados apresentados pelo *SIPRI* por aproximação, tendo em vista que a quantidade exata entre armas desmanchadas e aguardando desmanche não pode ser mensurada.

Tabela 2 - Armas Nucleares Comparadas

País	Primeiro ano do teste nuclear	Ogivas em mísseis ou localizadas em bases com forças operacionais	Outras ogivas	Total 2016
Estados Unidos	1945	1.930	5.070	7.000
Rússia	1949	1.790	5.500	7.290
Reino Unido	1952	120	95	215
França	1960	280	20	300
China	1964		260	260
Índia	1974		100-120	100-120
Paquistão	1998		110-130	110-130
Israel			80	80
Coreia do Norte	2006		10	10
TOTAL		4.120	11.275	15.395

Fonte: Tradução da tabela 1 World nuclear Forces (SIPRI, 2016, p 1).

O processo de transição de Estado centralizador para economia de livre mercado apesar de ser tranquilo sofre com a alta competitividade do comércio exterior. Devido à abertura de mercado ocorreu nesses Estados, em especial no Cazaquistão, Ucrânia e Bielorrússia o processo de empobrecimento, conseqüente a isso há o desencandeamento de crises internas sucedidas pelo aumento demasiado da violência como aponta Charap: “Enquanto nos anos 1990 a política externa seguidamente era “refém” dos conflitos internos, os quais a transformaram em um verdadeiro “queijo suíço de exceções isenções, inconsistências e contradições” (CHARAP, 2005, p.77)”.

Esse processo de enfraquecimento dos Estados descendentes da URSS possibilita a maior penetração de influência Russa em fatores vitais aos países, como a economia e o fator político. Assim:

Ditaduras completas se enraizaram bem cedo na maior parte da Ásia Central e depois das eleições presidenciais de 1994, em Belarus. Semi-autocracias e democracias parciais se espalharam pelos demais Estados pós-soviéticos, incluindo a Rússia (MCFAUL, 2005, p. 5).

No contexto político, apesar do engajamento inicial em busca de uma política autônoma e assertiva cuja aproximação com o Ocidente apresentava-se como a única alternativa viável para a suplantação da crise decorrente da abertura de mercado o processo de consolidação econômica adere a medidas de cunho estatal e implantação política através da percepção contínua de ameaça ao território russo.

Para Donaldson e Noguee (2009), a política externa russa é regida por convicções

presidenciais aliada a uma elite minoritária detentora de grandes cifras advindas dos recursos energéticos no país. Tal ação possibilita que o ministério das relações exteriores do país, assim como os mecanismos relacionados à segurança e defesa submetam-se obrigatoriamente aos desejos presidenciais. O fortalecimento estatal e a crescente busca pela maximização dos interesses nacionais viabilizaram ao Estado russo ações de caráter autoritário e medidas intervencionistas nos países próximos com o intuito de manter a coesão e controle geopolítico sobre tais regiões.

Sendo assim, através de governos autoritários que promovem a cooperação com a Federação Russa, o país toma posição central no bloco de países remanescentes da União Soviética, usufruindo de certa assimetria de poder nos países a seguir.

2.3 Ucrânia: Herança Compartilhada, Processo de “Russificação” e Revolução das Cores.

Apesar de partilharem o mesmo marco fundador e similaridades ímpares nos aspectos identitários frente aos demais países oriundos do esfacelamento da União Soviética, Ucrânia, Rússia e Bielorrússia apresentam, desde o início de seus processos de interação como entidades soberanas contenciosos constantes a serem resolvidos entre si, concernindo inclusive nas sucessivas séries opressoras do Estado Russo frente aos demais países.

Embora existam aspectos dominantes russos no território ucraniano desde a rebelião Cossaca do século XVII, é no regime Czarista russo que há o processo de intensificação do aparato institucional em território ucraniano conhecido como “russificação”.

No tocante aos ucranianos e a relação destes com a origem de Kiev, houve uma variação importante na compreensão historiográfica sustentada pelo Kremlin. A imagem reinante no período do império russo, findo em 1917, era de que a Ucrânia era parte da Rússia, ou seja, desprovida de qualquer autonomia. Por sua vez, durante o regime soviético, a Ucrânia passou a ser vista como uma nação irmã da Rússia, ou seja, ambas descendentes da Rus Kievana e ligadas por laços de cultura, religião, língua e história compartilhada. (LIEVEN, 1999, p. 14)

O processo de russificação do Estado ucraniano objetivava a centralização de poder na base russa principalmente através da imposição do idioma russo e posterior proibição do uso da língua ucraniana em praças e lugares públicos. Aliado a repressão cultural ucraniana o governo russo, nos anos seguintes continuou a reprimir milícias nacionalistas ucranianas. Na

década de 1930, após a revolução russa e posterior anexação do território ucraniano, Stalin utilizou-se da coletivização agrária forçada, que consistia na expropriação de pequenas e médias propriedades privadas, fator esse essencial para a promoção de um dos maiores genocídios étnicos da história, conhecido como Holodomor⁵.

De acordo com Kovtun (2014), a fome ucraniana exibiu padrões de padecimento humano tidos como um dos mais graves ataques aos direitos humanos durante o século XX. Ainda para o autor, tal evento, sem precedentes no Leste Europeu, dizimou em média entre sete a onze milhões de ucranianos residentes na zona rural do país no período de um ano.

Para Marcus (2003), as raízes do Holodomor consistem nos resquícios da situação financeira da União Soviética, contudo, o comportamento governamental atuava por vezes intencionalmente utilizando como técnica o controle social como método de privação de alimentos como dispositivo de extermínio da população mais abastada e responsável pelos levantes contra o governo soviético.

A mortalidade na Ucrânia, de acordo com Ribeiro (2013), atinge enfaticamente a população rural, característica opositora do governo e dos métodos por ela suplantados, tendo em ênfase que a população rural concentrava majoritariamente a essência da identidade nacional do país, tendo em vista que as cidades, além de concentrarem um número reduzido de ucranianos ainda apresentavam-se como centros cosmopolitas cuja população era composta substancialmente por estrangeiros, com números consideráveis de russos, judeus e polacos.

Segundo Mijailovich (2006), durante a 2ª Guerra Mundial, Ucrânia e Bielorrússia dividiram-se em pólos distintos quanto à tomada nazista, em 1941. Enquanto na Bielorrússia houve demasiada resistência sangrenta em combate ao regime Ocidental, o Estado Ucraniano colaborou através de uma série de milícias arrimadas ao nazismo, atuando intensamente na repreensão e perseguição de judeus no país e em seus entornos bem como a presença de vigilantes ucranianos recrutados para campos de extermínio poloneses.

O fim da Segunda Guerra Mundial permitiu que a Rússia reunificasse ambos os países ao território russo, contudo a atuação da Ucrânia e Bielorrússia frente à aproximação pertinentemente Ocidental proporciona reações adversas em um mesmo CRS. Enquanto o primeiro país apresenta seu desejo de aproximação com a Europa; a Bielorrússia denota o caráter identitário pertencente nas relações com a Federação Russa, como explicitado

⁵ O termo *Holodomor* resulta da conjugação das palavras *holod* (fome) e *moryty* (matar através de privações, esfaimar), significando “matar pela fome”. A palavra terá sido utilizada pela primeira vez pelo escritor Oleksiy Musiyenko, em 1988. Cf. GRAZIOSI (2005, p. 454, nota 3)

anteriormente, tal episódio caracteriza os padrões de amizade e inimizade instaurados no complexo regional de segurança idealizado por Barry Buzan (2003).

Os padrões de amizade e inimizade estruturados nos complexos regionais de segurança decorrem do processo de interação entre entidades estatais e a formação identitária, dessa forma o CRS composto por Rússia, Ucrânia e Bielorrússia apresenta princípios distintos entre si, possibilitando que a Bielorrússia desempenhe padrões de amizade com a Rússia partilhando o desejo de expansão das relações desempenhadas por ambos com o intuito de ampliar os mecanismos institucionais de caráter integrativo, enquanto a Ucrânia motivada pelo desejo de intensificação e a possível entrada na União Europeia representa os padrões de inimizade, como veremos a seguir o dualismo empenhado entre tais países suscita uma série de conflitos capaz de mudar a dinâmica empregada no CRS aqui analisado.

2.3.1 Revolução Laranja: Coibição Nacionalista Ucrâniana, a Formação de Dois Blocos Rivals em um País.

As mudanças estruturais proporcionadas pela diferenciação do modelo político anteriormente vigente ocasionou aos Estados remanescentes do bloco soviético a eclosão de problemas de cunho semelhante, diferenciando-se apenas quanto aos seus graus de variação. De acordo com Ortega (2009), a democratização das repúblicas resultantes da União Soviética encontrou dificuldades extremas relacionadas em sua maioria ao longo período em que tais países mantiveram-se conectados estatocentricamente.

A instauração de economias cujos padrões intentavam alcançar os moldes democráticos, implantados em países europeus e nos Estados Unidos, contudo, mantiveram-se distantes dos padrões adquiridos. Governos de caráter autoritário e oligarquias descendentes da supremacia soviética enraizaram-se no poder institucionalizando votações fraudulentas como forma de perpetuarem-se nos Estados conquistados.

O enfraquecimento das instituições democráticas, bem como a forte atuação de uma reduzida elite econômica junto aos governos recém-instituídos ampararam um extenso regime de corrupção e sustentaram gestões irregulares durante décadas. Ainda de acordo com Ortega (2009), violações de princípios básicos eleitorais como a extrapolação no número de mandatos presidenciais e a negação de registros de adversários são pautas recorrentes nas

denúncias de organizações internacionais e movimentos de oposição.

A independência do Estado ucraniano, apesar de se desenvolver de forma politicamente passiva, corroborou uma série de danos ao país, acarretados principalmente devido à adaptação da nação a um novo sistema financeiro. A sucessão de desventuras ocorridas na Ucrânia, com a abertura de mercado e a institucionalização do país, desempenhou papel fundamental no processo de empobrecimento populacional, seguido ao aumento da violência e emigração e posterior enfraquecimento do governo.

O enfraquecimento do governo local possibilitou a inserção Russa no cenário ucraniano de maneira mais intensa, a não-rigidez e posicionamento governamental trouxeram a Ucrânia, além dos prejuízos palpáveis à população civil o enfraquecimento das relações de poder com a sociedade. Desta forma, o país do Leste europeu encontrou-se inserido num governo oligarca altamente centralizado, em uma elite econômica reduzida no poder, apoiada por outras oligarquias que detinham os privilégios decorrentes do poder.

Como apontado por Ortega (2009) as eleições fraudulentas nos países em questão, juntamente aos governos dotados de semi-autoritarismo em que havia pouco ou nenhum espaço destinado à oposição apresentam-se como fatores preponderantes para a eclosão diante de Estados anteriormente pertencentes ao regime soviético de uma série de revoluções que objetivavam restaurar o processo de democratização em seus países. O termo “revoluções coloridas” designa as revoluções ocorridas em três países remanescentes da União Soviética. Foram elas, a Revolução das rosas na Geórgia, a revolução das tulipas no Quirquístão e a Revolução laranja ucraniana.

A revolução Laranja ucraniana possui laços estreitos com a eleição presidencial de 2004 onde a acirrada disputa entre os candidatos Viktor Yushchenko e Viktor Yanukovich ocasionou o segundo turno, que, posteriormente apresentou a vitória de Yanukovich com menos de 3% de diferença. A certeza de manipulações no setor eleitoral trouxe às ruas manifestantes que passaram a se reunir na praça central de Kiev para protestar contra a fraude. A cor laranja escolhida para a campanha de Yushchenko tornou-se símbolo das manifestações e adiante, herdou o nome da revolução.

As manifestações nas praças de Kiev reunindo demasiado apoio popular somadas a pressão internacional promoveram que a Suprema corte da Ucrânia declarasse inválidos os resultados do segundo turno das eleições e convocasse no seguinte mês uma nova rodada eleitoral. No novo processo eleitoral, Yushchenko foi declarado vencedor.

O jogo de poder promovido pelos oligarcas contíguos ao governo russo possuía como principal contrapeso a intensa atuação da União Europeia e Estados Unidos, cuja presença

transcorre no movimento através de múltiplos financiamentos aos manifestantes e partidos de oposição bem como a acentuada participação de ONGs e organismos internacionais com propósito de treinar e habilitar militantes e opositores do regime vigente.

Como apontado por Huntington (1970), a agenda política americana possui como principal soslaio a democratização de países onde se instauraram regimes autoritários é recorrente, como meio para promoção de tais ideais o governo americano utiliza-se de sanções econômicas, discursos presidenciais em dimensões mundiais, atividades diplomáticas, estrutura material e treinamento às forças opositoras e em última instância intervenções militares cuja principal finalidade é promover a queda dos regimes instaurados no poder. Paralelo a esse tipo de intervenção, apresenta-se como mecanismo alternativo às intervenções estatais a atuação de instituições de caráter específico direcionadas à resolução deste tipo de antagonismo.

O ostensivo apoio do Ocidente no combate a fraude eleitoral por parte dos países europeus e de instituições americanas desempenhou um papel essencial ao resultado favorável a Victor Yushchenko, fazendo com que o então candidato declarasse abertamente sua intenção de intensificação nas relações pró-ocidentais. De acordo com Ortega (2009), ao se tornar presidente Yushchenko apresentou como principal viés de sua política externa a necessidade ucraniana de integrar a União Europeia e as reformas político-econômicas necessárias para o ingresso ucraniano no bloco, o presidente ainda demonstrou sua intenção de fazer parte dos países-membros da OTAN.

2.3.2 Contexto Atual: Diáspora Russa na Ucrânia, Identidade Cultural no Leste Europeu e Onda de Revoluções.

A crise econômica acerca do Estado ex-soviético trouxe além da perda de bem-estar da população civil o estreitamento das relações Ucrânia-UE, fator esse circunstancialmente importante para os embates ocorridos no país. De forma que, com a desestruturação da União Soviética e a atuação ucraniana como Estado soberano a Ucrânia opta pela aproximação das políticas ocidentais, com o intuito, sobretudo de reduzir os ostensivos níveis de dependência e atuação da política empenhada pela Rússia no país.

Após a sua independência em 1991, a Ucrânia, um aliado natural da Rússia, optou por uma política de aproximação ao Ocidente. A assinatura do Acordo de Parceria e Cooperação em 1998 com a UE oficializou a aproximação da Ucrânia aos valores partilhados pela União, e sublinhou a estratégia da UE em promover a estabilização da região e a segurança dos seus projetos económicos, comerciais, em particular, energéticos (BARATA, 2013, p. 158)

Em 2004, em termos comerciais a União Europeia já representava o 3º maior parceiro ucraniano, ultrapassando a Rússia. Então, como maneira de impor-se Putin, em 2011, lança a união económica conhecida como Euro-Asiática, bloco regional constituído por Cazaquistão e Bielorrússia na tentativa de conter a zona de influência europeia sobre Ucrânia e os demais países do bloco numa política de *Stick and Carrots*⁶.

A eclosão de uma onda de manifestações na Praça Maidan, na Ucrânia, e o desenvolvimento de um conflito étnico-separatista poderiam apresentar-se como mais um contencioso de nível doméstico, se não fosse à política dualista suplantada pelo país e a localização estratégica mediante a passagem de recursos energéticos intermediados pelo país eslavo.

Apesar da aproximação do Ocidente durante toda a gestão de Viktor Yushchenko, o início do conflito ucraniano desencadeia-se ainda em 2011, alguns anos após as reivindicações ucranianas em prol de uma sociedade mais justa. De acordo com Cruz e Machado (2012), a União Europeia propôs a Ucrânia um acordo associativo previamente aceite pelo país, contudo, enquanto o presidente ucraniano convencionava os ajustes com a União Europeia a Ucrânia pactuava com os países do leste europeu um acordo de livre comércio envolvendo a Rússia, Moldávia, Bielorrússia, Cazaquistão e Armênia. Para os autores, tal método suplantado pelo país condiciona-se como uma estratégia de maximizar os benefícios da nação. Em novembro de 2013, apesar do estreitamento nas relações com a Europa, Yanukovich cede ao acordo com a Rússia envolvendo um pacote de 15 bilhões de dólares em conjunto com a redução de tarifas no preço do gás natural e a concessão de empréstimos, iniciando assim o enfrentamento entre grupos contrários da população civil, opositores e favoráveis à aproximação com a Federação Russa .

A promoção de um acordo de cooperação económica interregional, entretanto, não anuiu a todos visto que, dar as costas à Rússia afrontava diretamente a população pertencente ao leste ucraniano que ali vive desde a política de russificação, movimento que promoveu a

⁶ Termo usado para designar recompensa e punição.

diáspora Russa à Ucrânia a fim de implementar a identidade linguística e cultural como forma de domínio sobre o país.

Para Rocha (2014), a Rússia caminha em sentido inverso ao movimento europeu, enquanto os países pertencentes prezam pela transição pacífica e democrática no pós-guerra a Rússia almeja seguir a política de comando por meio de acumulação estatal, favorecendo assim o autoritarismo no país tendo em vista que a distribuição de poder em todas as camadas da sociedade caracteriza-se como um dos elementos constituintes da democracia.

É, portanto, a relação conflitual entre dois povos distintos que corrobora no conflito ucraniano, a presença de blocos que almejam, de um lado a intensificação de relações com a Europa e de outro a aproximação do Estado russo com realce no fator regional.

2.4 Bielorrússia: Imperialismo Russo como Fator Incapacitante em sua Implementação como Estado Autônomo

A política russificadora implementada na Bielorrússia obteve demasiado êxito através da imposição de um fator identitário. Ao inserir o idioma russo no país, os movimentos oposicionistas perderam voz, de forma que, um número reduzido de participantes da elite burguesa divergia dos métodos e imposições russas no território bielorrusso.

A promoção da língua bielo-russa nos documentos oficiais, no sistema educacional, nas editoras e nos órgãos de imprensa se tornou um baluarte da elite e da pequena parcela da população que não era pró-Rússia (GOUJON, 2005.)

Os ainda presentes traços imperialistas russos na tentativa de consolidar-se hegemonicamente, possuem aspectos diretamente aa história da Bielorrússia. Fator esse, que aliado à identidade nacional, histórica e cultural permitiu, em 1991, o desejo de criação de um bloco Eslavo, com aspectos próximos a União Soviética, como apontam Donaldson e Noguee:

Assim, em 08 de dezembro de 1991, os líderes da Rússia, Ucrânia e Belarus se encontraram e concordaram em fundar uma conformação institucional diversa da soviética, algo como uma comunidade de Estados Eslavos. A organização possuía menor profundidade institucional do que queria o presidente russo, mas foi o desenlace possível ante a recusa ucraniana de formar uma nova federação (DONALDSON; NOGEE, 2005. p. 181)

Além da alta permeabilidade russa no território de Belarus, aliada à proximidade entre as línguas usadas nesses países e a detenção da mesma religião faz com que os bielorrussos

enxerguem a população russa presente em seu país num nível de equidade.

Os dados atuais de Belarus mostram que os planos russos atingiram seus objetivos. Apesar de o contingente de etnicamente russos em Belarus ser de apenas 11,4% da população frente a 81,2% de bielo-russos, a influência étnica em Belarus é considerável. Isto porque, apesar de estabelecer diferença entre si e os russos, os bielo-russos consideram os dois povos irmãos, pertencentes a uma comunidade eslava mais abrangente, a qual abarca também ucranianos. (ABDELAL,2001. p.138)

Porém, a relação de irmandade mantida pela população bielo-russa não demonstra reciprocidade quando analisada a partir do espectro russo. Diferente dos primeiros, a população russa encara a si mesma com superioridade, através da ótica de entidades subjugadas inexperientes que precisam de ordens de um governo maior.

A perspectiva imperialista russa possui impacto direto em todas as camadas sociais do país, assolado por um regime rígido, governando com mãos de ferro, desde 1994, com economia altamente dependente de produtos agrários ucranianos e energéticos russos corroborando em uma intensa relação bilateral entre Rússia e Bielorrússia.

2.4.1 Revolução Jeans: Intervenção Estatal Frente à Atuação Americana

Não obstante aos mecanismos de coibição governamental aplicados na Revolução Laranja ucraniana, a Bielorrússia apresenta aspectos distintos aos previamente explicitados na onda de eventos que assolou o Leste Europeu. A atuação do país no cenário internacional concretizou-se de forma modesta, não ocasionando grandes reformas de mercado e viabilizando economicamente reformas resultantes na presença governamental em grande parte da economia do país, influenciando diretamente as grandes empresas e setores da agricultura e pecuária.

Considerado um aliado estratégico à atuação Russa os padrões de amizade, manifestam-se além dos valores compartilhados ao intenso caráter de dependência econômica. Segundo Bodaneze (2015), caso não houvesse os subsídios concedidos pela Rússia à economia Bielorrussa o país dificilmente sobreviveria, tendo em vista que somente o valor do desconto fornecido ao petróleo e ao gás provenientes de Moscou chega a equivaler a, pelo menos, 15% do PIB total da Bielorrússia. De acordo com o autor, a concessão de tais

subsídios proporciona a segunda energia mais barata da região, perdendo apenas para a própria Rússia.

Seguido pelos demais movimentos recorrentes ao Leste Europeu, a Revolução Jeans vivenciada pela Bielorrússia ganhou eminência após a divulgação dos resultados da corrida eleitoral de 2006, onde o atual presidente Aleksandr Lukashenko foi reeleito com mais de 80% dos votos válidos. Tal ação obteve apoio e representação através de sucessivas denúncias advindas de países europeus, dos Estados Unidos e, sobretudo, da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

De acordo com Ortega (2015), o episódio caracterizou-se pela repressão através das forças de segurança do Estado, caracterizando assim a falta de êxito na substituição do sistema vigente por uma forma de governo de atuação mais liberal. Segundo o autor, é possível observar ainda elementos presentes nas demais revoluções no leste europeu como o engajamento de instituições europeias e americanas, o auxílio à oposição partidária radicada no país através de financiamentos e a participação de organizações internacionais.

No texto da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, 2006), os Estados Unidos apresentam interesses estratégicos na Bielorrússia, tendo em vista que a participação efetiva no país possibilitaria para agência a instauração de um regime de cunho democrático e caráter liberal viabilizando assim a integração com os países vizinhos a União Europeia e organizações securitárias e econômicas presentes no Ocidente.

Os interesses estratégicos dos EUA na Bielorrússia são significativos. A Bielorrússia requer assistência para avançar para um regime mais democrático e para um ambiente político e econômico responsável, que a levaria a potencialmente ter maior integração com os países vizinhos da União Europeia e organizações econômicas e securitárias do Ocidente. A Bielorrússia também apresenta problemas de desenvolvimento social, como por exemplo, estratégias para combater HIV/AIDS e o tráfico, duas iniciativas prioritárias para a política externa estadunidense. A Bielorrússia é signatária de acordos internacionais, incluindo os anti-terrorismo, o que poderia contribuir para avanços importantes com a assistência contínua dos EUA em desenvolvimento e diplomacia (USAID, 2006, p. 356).

Para Marples (2009), nas eleições de 2006 a oposição possuía acesso a restritos meios de comunicação, somente alguns jornais, frequentemente retirados de circulação pelo governo garantindo à população eleitoral pouco ou nenhum espaço a manifestações. Os canais de televisão cujos níveis de audiência eram maiores, apresentavam-se como propriedade do Estado Russo, fazendo assim, com que o conteúdo expresso nela não desafiasse o governo e no caso das rádios ocidentais atuantes no país possuíam alcance limitado enquanto apenas 10% dos residentes Bielorrussos utilizam a internet regularmente.

De acordo com Marples (2009), a fragmentada oposição ao presidente Lukashenko

estabelece-se pelo Partido Social Democrata, pela Frente Popular da Bielorrússia e pelo Partido Comunista, com poucos assentos no parlamento e impedimentos quanto à unificação eleitoral tal oposição política ainda enfrenta a recorrente prisão de lideranças cuja visibilidade seja maior, debilitando o aparato administrativo não relacionado ao governo.

Os baixos índices de mobilidade da oposição aos Estados agrega-se a proibição ao financiamento privado em campanhas eleitorais, apresentando uma cota de US\$ 31 milhões, fornecida pelo governo com intuito de imprimir material voltado às eleições. (MARKUS, 2010).

Diferente das demais revoluções, a Bielorrussa apresenta aspectos essenciais para não irradiar-se, a perseguição de ONGs e instituições com financiamento externo e o posterior descredenciamento dessas unidades tornou-se recorrente no país. Membros dos movimentos revolucionários georgianos e ucranianos possuíram entrada preterida pelo governo com o intuito de impugnar treinamentos da juventude nacional.

Para Markus (2010), a massiva aprovação governamental decorrente do elevado padrão de vida populacional, bem como da economia centrada do Estado pouco suscetível às alterações e instabilidades internacionais apresentam-se como fatores primordiais para a não conflagração de movimentos oposicionistas no país. Apesar dos recorrentes avisos à população a cerca do regime autoritário instaurado na Bielorrússia e a violação de princípios básicos aos cidadãos, a Revolução Jeans, diferente do movimento ucraniano, não concentra a polarização e rebelião de forças políticas no Estado, onde após a aparente fralde eleitoral naquele país as forças ucranianas recusaram-se a reprimir os manifestantes de tal evento.

Ainda de acordo com Markus (2010), podem ser apontados como motivos para falha da Revolução Jeans Bielorrussa, o alto nível de dependência das forças militares do país que atua vigorosamente na prevenção de conflitos e o elevado padrão de coesão política existente na nação.

Por fim, o movimento Bielorrusso contra a fraude eleitoral no país apresentou insucesso na promoção de movimentos mais democráticos, impossibilitando o diálogo e posterior abertura econômica frente à União Europeia. Os bons indicadores econômicos, decorrentes dos baixos níveis de interdependência da nação nos arranjos externos, o apoio massivo da elite política instalada na região e o árduo bloqueio através das forças bielorrussas sobre a atuação de instituições internacionais no contexto político do Estado fez com que grande parte da população Bielorrussa não almejasse quaisquer alteração no sistema suplantado no país devido a notável estabilidade adquirida política e economicamente depois de anos de insegurança vivenciados com a queda da URSS.

Por fim, apesar da participação ativa de mecanismos internacionais, as constantes denúncias em torno das irregularidades presentes no governo da Bielorrússia e a potencial capacidade de promover mudanças expressivas no atual sistema vigente, o fator preponderante para o insucesso do movimento de mudança promovido pelos opositoristas relaciona-se ao alto nível de coesão e a integração político-econômica com a Rússia, ocasionando o sentimento de estabilidade adjunta do poderio e influência russo no contexto regional e sua constante ascensão internacionalmente.

3. PERCEÇÃO DE AMEAÇAS FRENTE AO COMPLEXO DE SEGURANÇA REGIONAL PÓS-SOVIÉTICO

3.1 A ASCENSÃO RUSSA NO CENÁRIO REGIONAL: UM NOVO PANORAMA SECURITÁRIO

A entrada da Rússia na comunidade internacional ocorre de maneira emblemática - a inserção de um país cuja política conservadora e preceitos de identidade distintos dos padrões empenhados no Ocidente - concebe assimetrias de poder que provisionam a tentativa Russa de integrar a nova ordem mundial instaurada no pós-Guerra Fria. A inabilidade de apreensão da Federação Russa no sistema ocidental apresenta como fatores propulsores os padrões mútuos de insegurança enraizados entre Rússia e União Europeia no contexto internacional, bem como a incapacidade de aceitação de mecanismos suplantados há décadas na política metódica do país.

Para Freire (2012), a Rússia apresenta-se como um caso singular de reinserção na agenda internacional da disciplina, visto que, salvo à adoção do cristianismo como religião oficial por Constantino, nenhuma outra grande potência absteve-se voluntariamente da adoção de seus métodos de governo e ideologias em benefício das perspectivas implantadas por seus opositores, abrindo mão assim de suas grandes pretensões de poder e transfigurando-se em um Estado submisso na nova ordem econômica.

O processo de transição político russo apresenta um vínculo tênue com a política securitária assertiva estabelecida pelos Estados Unidos, visto que a aproximação imediata estipulada no pós-Guerra Fria, pelo então presidente Russo Boris Ieltsin, com os países do ocidente objetivava o enfraquecimento militar imediato do Estado Russo. Para Fiori (2014), a ausência de um poder distinto rival ao poder exercido pelos Estados Unidos altera as concepções estratégicas da política externa do país, fazendo com que se adote o método de enfraquecimento dos polos de influência de potências regionais que detenham arsenal nuclear.

Como parte das exigências impostas pelos países do Ocidente à Rússia, encontram-se a extinção do Pacto de Varsóvia e o regresso das forças russas assentadas ao longo do Leste Europeu; O abandono da área anteriormente gerida pela antiga potência soviética foi celeremente substituído pela presença das forças armadas da OTAN; bem como a inserção e adesão dos países remanescentes do modelo comunista à União Europeia.

De acordo com Mazat e Serrano (2012), tais medidas implantadas pelos Estados Unidos em parceria com a União Europeia, cuja entrada nesse processo decorre da tentativa de refrear a ameaça potencial que a Rússia poderia retratar a segurança daquela região, possuem como principal finalidade apertar o cerco em torno da Federação Russa, impedindo às empresas alocadas no país de utilizar os terminais petrolíferos sediados nos países Bálticos. Dessa maneira, os Estados Unidos compeliram a Rússia a desenvolver suas próprias instalações, estorvando-a de continuar exportando um produto de demasiado valor por portos de países pactuados à OTAN.

Inábil em alcançar os objetivos travados como prioritários na década de 1990, como a estabilização econômica e a retomada do posto de potência internacional, a Federação Russa não conseguiu estabelecer uma área de segurança entre os países anteriormente pertencentes à União Soviética, assim como não conseguiu conter o alastramento do sistema transatlântico gerido pelos Estados Unidos em seu entorno, ocasionando assim a expansão da União Europeia e integração de países antes pertencentes ao território Russo com o intuito de criar uma situação de controle ocidental gerida pela Europa e assessorada pelos Estados Unidos.

O contra senso ocasionado entre a aproximação da Rússia com os países do Ocidente suscita na instauração do governo gerido por Vladimir Putin, nos anos 2000, no país com uma abordagem distinta da até então suplantada, ocasionando assim, a adesão de uma nova política cujo fator estruturante apresenta-se como a evidenciação estatal como vetor primordial no processo de recuperação e consolidação da Rússia frente à ordem internacional.

Outro ponto relevante à reestruturação da política adotada pelo país concerne à eclosão de movimentos de caráter étnico em países próximos e a posterior incorporação de forças americanas em seus arredores. Tais medidas asseguraram a criação de uma política de cunho antiocidental e potencializaram as relações euroasiáticas, isto é, entre países anteriormente pertencentes ao território soviético e entre a China.

Para Mazat e Serrano (2012), apesar da doutrinação nacionalista empregada no governo gerido por Vladimir Putin, houve, por parte do mandato do presidente o reconhecimento das transfigurações geridas pelo modelo ocidental, reconhecendo que o emprego de tais medidas evidenciava-se como necessário à adequação do país nos padrões vigentes. Contudo, tais medidas deveriam subordinar-se à entidade estatal, consolidando na política externa implantada pelo Estado a relevância de órgãos de segurança e defesa.

Embora a atuação Russa como país independente caracterize-se pelo relacionamento direto com países cujos interesses apresentam-se como convergentes como modo de assegurar e fortificar sua atuação no âmbito global, é no contexto regional em que o país atua

severamente. Segundo Zhebit (2010), a área de influência da Rússia caracteriza-se como um importante setor da política externa do país, ainda que o país recorra a sucessivas alianças estratégicas a condução de sua política securitária se estabelece por meio da instauração de zonas tampão que possuem como finalidade corroborar a segurança nacional do país. Paralelo a esta ação, o movimento de interação com os países contíguos apresenta-se como primordial, tendo em vista que as doutrinas, a instituição de regimes e as economias podem diversificar-se constantemente, mas a alocação dos países vizinhos é permanente.

Herdeira do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, detentora de uma agenda autônoma de defesa e perspectivas multidirecionadas a proeminência regional, a ascensão da Federação Russa no sistema internacional consolida-se através da obtenção de parcerias estratégicas e promoção de acordos de benefício mútuo assegurando o estabelecimento de uma política assertiva e a promoção de ideias nacionalistas cujo principal desígnio é a criação de um sistema de segurança nacional resoluto e estável.

3.2 OTAN E A EXPANSÃO DO TRANSATLANTISMO: DA COOPERAÇÃO À COALISÃO

O fim da Guerra Fria e a posterior dissolução do Pacto de Varsóvia, como manobra política americana, em 1991, estabelecem novos traços de convivência entre Rússia e os países da Aliança Atlântica. Como apontado por Gorbachev e Ikeda (2005), o conflito bipolar congelou a eclosão de uma série de enfrentamentos nacionais, étnicos e geopolíticos e embora grande parte deles não estivessem diretamente relacionados ao conflito em si a presença de tal movimento ocasionou a percepção de estabilidade mundial. Contudo, a inquietação no pós-guerra já era previsível e mensurável.

Os novos desafios desencadeados na agenda pós-Guerra das Relações Internacionais pleitearam a redefinição dos padrões de intervenção e atuação da OTAN retraindo a especificidade bélica em caráter da estruturação de um ambiente de segurança Euro-atlântica cuja finalidade central concentrava-se na consolidação de Estados democráticos e alianças sólidas.

A aproximação e posterior cooperação Russa com as forças da OTAN caracterizam-se por uma relação assimétrica onde a Rússia instável economicamente e com o arsenal militar enfraquecido se sujeita às determinações decorrentes do Tratado Atlântico sem que haja

retorno por parte de seus signatários. Apesar das recorrentes objeções ao avanço das forças da OTAN e posterior aproximação às fronteiras Russas o processo de difusão e avanço transatlântico ocorreu ininterruptamente sem que houvesse o desenvolvimento de qualquer ação de diálogo ou consulta prévia por parte do ocidente.

Não obstante às medidas desproporcionais de cooperação suplantadas pelo ocidente em direção à Rússia, o país permanece colaborando com os Estados Unidos com a finalidade inicial de estabelecer um relacionamento firme entre os países pertencentes à aliança atlântica, tal ação de coadjuvação continua a ocorrer até meados de 1996, onde se constata que as iniciativas de cooperação até então suplantadas possuíam caráter unilateral com desejo de efetivação apenas por parte da Federação Russa.

De acordo com Costa (2010), o real motivo da intensa atuação da OTAN no território europeu evidencia-se como uma tentativa de preservação americana como exclusiva entidade hegemônica, enquanto isso, a atuação dos países alocados na Europa estaria condicionada à tentativa de preservação da posição estratégica contígua a primazia dos Estados Unidos. Ainda para o autor o discurso americano relacionado à expansão das forças da OTAN refere-se a constantes ameaças com poder de destruição massiva que ocasionalmente podem atingir tal região.

Como teorizado por Buzan e Waever (2003), a projeção de poder americana representada pela OTAN no leste europeu notabiliza a tensão territorial na região, ocasionando dessa forma o abrasamento das medidas securitárias instauradas no Complexo Pós-soviético. Ainda de acordo com os autores, os países Bálticos e os territórios da Moldávia e Ucrânia caracterizavam-se como possíveis áreas de instabilidade e podiam posteriormente apresentar-se como palco para a eclosão de um conflito entre os países do ocidente e a Rússia.

Apesar do distanciamento entre os dois países a Rússia participa efetivamente da luta contra o terrorismo desencadeada com o atentado às Torres Gêmeas, em 2001, apoiando a intervenção americana no Afeganistão através da assistência logística caracterizando um breve momento de assistência conjunta entre os dois Estados. Contudo, a amplitude de contenciosos figurando a relação Rússia-OTAN, passado esse breve momento de interação, prolifera-se novamente através da intensa participação da Organização nos arredores russos e a inevitável sensação de antagonismo vivenciada no território da Rússia.

Entre a conturbada relação entre a Rússia e a atuação Atlântica correlacionam-se atuações categóricas responsáveis pelo enfrentamento e medidas de contenção instauradas por ambos, denotando as relações entre a Federação Russa e os Estados Unidos a proximidade de eventos beligerantes. O acirramento progressivo de tensões tem início com a segunda remessa

de alargamento da OTAN no território europeu caracterizado pela adesão de três países sitiados no báltico, em 2004: a inclusão da Estônia, Letônia e Lituânia que anteriormente compunham o território da União Soviética, agravam o histórico de desconfiança advindo do Estado Russo e marcam a intensificação do embate político entre ambos.

Outro importante fator para a intensificação do acirramento nas relações entre Rússia e Ocidente caracteriza-se pela denuncia por parte da Rússia da atuação e financiamento dos Estados Unidos no processo nomeado como Revoluções Coloridas que são movimentos de oposição aos governos instaurados na Geórgia, Ucrânia e Quirguistão entre os anos de 2003 a 2005, resultantes da ascensão de líderes vinculados a movimentos pró-ocidentais.

A questão energética apresenta-se como outro agravante ao estabelecimento entre OTAN *versus* Rússia, ocasionando a intensificação da política de desconfiança suplantada por ambos, desencadeada pelos cortes no abastecimento do gás russo à Ucrânia, ocasionando uma crise de abastecimento no território europeu. O episódio desperta o debate sobre a intensa dependência da Europa dos recursos energéticos advindos de Moscou e a utilização de tais medidas como políticas de reafirmação de poder por parte do governo russo.

A chegada de Barack Obama ao governo americano assinala a promoção de uma nova política de alargamento da zona de atuação da organização, contudo, como mencionado por Carvalho *et al* (2015), tal episódio tem se abastado em consequência dos recentes movimentos deflagrados na Ucrânia e o posterior agravamento das relações entre Moscou e o ocidente, onde os líderes ocidentais intentam combater as políticas implantadas pela Federação Russa como o intuito de consolidar as questões de segurança geridas pela OTAN. Ainda de acordo com os autores o alargamento da entidade apresenta-se como um elemento de estabilização europeia com o intuito de promover a democracia nos países que, devido a motivos diversos ainda não alcançaram tais preceitos.

Contudo, a busca pela integração de sociedades estáveis e a cooperação como instrumento de garantia da paz e segurança, encontra-se ameaçada no que concerne a inclusão da Ucrânia e Bielorrússia na zona de atuação do Tratado Atlântico visto que, tal medida confronta abertamente a Rússia que, ao sentir-se ameaçada, poderá nortear sua política embasando suas ações em interesses antiocidentais como o aumento dos preços dos recursos energéticos e a ampliação de parcerias estratégicas com a China.

3.3 COOPERAÇÃO E SEGURANÇA: A POLÍTICA IMPLEMENTADA PELA UNIÃO EUROPEIA.

Cenário de disputas políticas e territoriais durante todo o período entre Guerras, a Europa passa a estruturar e adequar-se a mecanismos de segurança distintos dos anteriormente conhecidos. Dessa forma, o cenário pós-Guerra no que concerne às relações aplicadas na União Europeia é caracterizado pela ascensão de movimentos extremistas decorrentes de questões religiosas, a eclosão de atentados terroristas, a entrada ilegal de milhares de imigrantes e refugiados no país e conflitos regionais com capacidade de ultrajar grande parte do território europeu.

De acordo com Hendler (2014), a atuação da União Europeia frente ao CRS pós-soviético apresenta-se como uma estratégia de caráter expansionista. Dessa forma as ex-Repúblicas Soviéticas, que anteriormente estavam inseridas na área de atuação soviética, passam a integrar a zona de influência europeia. Segundo o autor, a conflagração do conflito ucraniano possui natureza inter-regional tendo em vista que a participação da Europa manifesta-se como o início do conflito através da rodada de negociações quanto à cooperação econômica com o país.

Para tanto, a desestabilização do Complexo Regional de Segurança pós-soviético relaciona-se diretamente com a expansão da União Europeia frente ao leste europeu. Como apontado por Hendler (2014), a Ucrânia possui em média 45 milhões de habitantes em seu território e um Produto Interno Bruto (PIB) estimado em US\$ 170 bilhões, enquanto a Bielorrússia apresenta uma média de 9,466 milhões de residentes e um PIB de cerca de US\$ 118,875 bilhões de dólares. Sendo assim, a intensificação da influencia europeia nos países pertencentes ao Complexo pós-soviético representaria potenciais ganhos aos mercados de empresas alemãs, francesas, italianas e suecas e significariam ainda a maior atuação sobre as principais rotas de recursos energéticos que abastecem a Europa.

Outro importante fator à segurança europeia refere-se ao abastecimento do setor energético, por apresentar-se como um campo volátil a segurança energética do continente transita em questões como o aumento dos preços do petróleo e gás natural, os impactos dos cortes no fornecimento de tais itens, a dependência do continente europeu frente a comércio de hidrocarbonetos russos e a dificuldade de rotas alternativas às utilizadas pela Federação Russa.

A fragilidade da Europa frente à obtenção de recursos energéticos possui como agravante os cortes de abastecimentos no fornecimento de gás e petróleo russos á Ucrânia e Bielorrússia como estratégia de expansão da geopolítica suplantada pelo país, que apresenta

por consequência prejuízos maciços à União Europeia. De acordo com Tomassoni (2013), o corte no abastecimento de gás natural à Ucrânia desencadeou diretamente a redução de cerca de 50% no fornecimento do recurso na Hungria, 30% na França e Eslováquia, 25% na Itália e um percentual ainda maior na Áustria, país altamente dependente das reservas russas.

Ainda para o autor, a supremacia Russa decorre da localização das maiores reservas de gás do mundo em seu território, além desse fator, o autor aponta a obtenção das empresas Urengoy e da Gazprom, sendo a última considerada a maior companhia do mundo graças ao domínio de cerca de 30% das reservas mundiais de petróleo. Contudo, a sucessão de cortes no abastecimento da Ucrânia e Bielorrússia, apesar de configurar-se como um fator prejudicial às relações dos países do ocidente com a Rússia, denota aos países do bloco europeu a necessidade de apaziguar as relações com os chamados países em trânsito, ou seja, os países por onde os recursos energéticos são transportados. Tal estratégia tem como principal finalidade aproximar-se desses países com o intuito de garantir a estabilidade desses locais e o abastecimento seguro aos países do bloco europeu.

Para Frade (2014), por a Ucrânia ser equacionada como a principal linha de trânsito entre os recursos energéticos provenientes da Rússia, A União Europeia intensifica suas pretensões frente ao primeiro país com o intuito de melhorar substancialmente o relacionamento com tal linha de trânsito. A linearidade entre as relações comerciais e energéticas entre os dois países manifesta-se como fator condicionante à percepção de ameaça russa e à participação europeia no conflito ucraniano, como veremos a seguir.

3.4 CRISE NA UCRÂNIA: A CONFLAGRAÇÃO DE UM CONFLITO ÉTNICO E A IMPOSIÇÃO DE SANÇÕES ATRAVÉS DO OCIDENTE

O conflito desencadeado na Ucrânia possui vínculos estreitos com a necessidade de aproximação entre Ucrânia e União Europeia denotada pelos países. De acordo com Fontanelli (2014), o país posiciona-se como uma região estratégica que possui uma importante conexão entre o continente asiático e o europeu, ainda de acordo com o autor outro importante fator pauta-se nas rotas de combustíveis, onde cerca de 30% do petróleo exportado pelo principal empresa energética russa com rumo a Europa passam por dutos ucranianos e em média 70% das exportações da Federação Russa que chegam à União Europeia perpassam pelos gasodutos do país.

Além do fator econômico, o componente étnico orienta preeminentemente a eclosão

de movimentos nacionalistas cujo alcance acomete todo o leste europeu. De acordo com o levantamento de Fisher (2014), enquanto o sul e leste do território ucraniano identificam-se com o método expansionista implantado pela potência russa, as regiões circunscritas no norte e oeste do país são majoritariamente ocupadas por ucranianos cuja convicção adotada é que o regime de dependência empregado pela Rússia não apresenta riscos meramente financeiros, visto que, a ação contínua do país nas esferas políticas e militares concebe na população ucraniana o sentimento de oposição às medidas suplantadas pela Rússia.

Tais fatores ocasionam à política securitária ucraniana um aspecto cíclico, de alternância constante de poder, permitindo a ascensão de partes distintas da sociedade e a aproximação ou afastamento do país com o ocidente em virtude dos grupos que alcançaram o poder. Para Teixeira (2014), a Ucrânia apresenta contornos de uma população altamente segmentada, enquanto a população localizada ao leste caracteriza-se em sua maioria como ortodoxa cujo voto é destinado a candidatos pró-Moscou os ucranianos ocidentais adotam a língua ucraniana, possuem como principal religião o catolicismo e optam por candidatos cuja política seja voltada a aproximação com o bloco europeu.

O conflito ucraniano esboça-se inicialmente, em 2013, através da recusa do acordo que previa a aproximação da Ucrânia com a União Europeia em detrimento da ampliação de acordos comerciais, optando por uma transação de 15 bilhões de dólares com a potência euroasiática pelo então presidente Viktor Ianukovich, abertamente conhecido pelo vínculo com a comunidade russa no país.

Tal ação ocasiona uma intensa onda de protestos no país resultando na saída do presidente do Estado ucraniano em 21 de fevereiro de 2014 em razão à intensificação das tensões e a chegada dos manifestantes pró-europeus ao poder. O governo russo por sua vez, representado por Vladimir Putin, não reconhece oficialmente o novo presidente da nação e utiliza como método de sua política expansionista a ocupação e posterior anexação do território de regiões com altos índices de russos e descendentes no território ucraniano, ocasionando sanções econômicas por parte dos países europeus a Federação Russa.

Como apontado por Fontanelli (2014), as regiões de maioria étnica russa na Ucrânia começam a insurgir em favor da aproximação com a Rússia e posterior ruptura de acordos com o Bloco Europeu, a começar por Sevastopol que se designa ao processo integrativo em seis de março de 2014 e seguida pela Criméia cujo parlamento, onde mais de 50% dos residentes possuem algum vínculo com a Rússia, realiza um referendo onde 96% da população local posiciona-se a favor do processo de integração com a Federação Russa. Ainda de acordo com o autor, em abril, manifestantes partidários da Rússia iniciam o

processo de ocupação de zonas administrativas de Donetsk, Lugansk e Kharkov, resultando na proclamação de Donetsk e Lugansk como repúblicas independentes.

Em resposta ao apoio russo aos movimentos separatistas, a OTAN lança acusações de que a Rússia caracteriza-se como uma ameaça à segurança europeia, arquitetando um processo de sanções encabeçado pelos Estados Unidos e implementado pelos países da União Europeia. Para Vaccarezza (2014), o processo de embargo russo ocorreu por etapas, desenvolvendo-se progressivamente com a intensificação do conflito na Ucrânia, sendo assim, as primeiras sanções projetadas pela União Europeia guiadas pelos Estados Unidos e os países convergentes: Canadá, Austrália, Japão e Noruega com o intuito de alvejar às pessoas diretamente ligadas a mudança de governo, visando o congelamento de recursos financeiros dos acusados de apropriação indevida dos bens do país e violações recorrentes aos direitos humanos. Dentes os principais acusados nessa primeira fase encontram-se o presidente deposto Viktor Yanukovich e grande parte de seus ministros, além de agentes legislativos e judiciários vinculados a ele.

Em resposta a anexação dos territórios da Criméia e Sevastopol, os países anteriormente apontados iniciam, dias após a instauração das primeiras sanções, o processo de congelamento dos recursos russos direcionados a pessoas, entidades e organismos que ameaçam a integridade e soberania da Ucrânia, impelindo assim ministros, parlamentares e conselheiros do governo de Vladimir Putin, além de militares, empresários, empreiteiras e os maiores bancos estatais russos.

Seguinte a esse movimento, iniciam-se os embargos de maquinários e vetores tecnológicos para a exploração de recursos naturais e a proibição de determinados serviços e investimentos nas regiões anexadas pela Federação Russa, paralelo a esse fator encontra-se a restrição do acesso russo aos mercados de capitais europeus.

De acordo com Vaccarezza (2014), as sanções dos países ocidentais acentuam-se no embargo das importações e exportações de armamentos e qualquer tipo de atividade militar advinda da Rússia, as questões energéticas do país também defrontam-se com tal processo cuja determinação principal era que equipamentos e aparatos tecnológicos relacionados ao setor energético estejam sujeitos à autorização previa das entidades competentes da União Europeia.

O processo de imposição de sanções por parte do ocidente direciona-se majoritariamente aos setores financeiro, energético e de defesa do país objetivando deter a presença e atuação irrestrita de forças russas na Ucrânia. A disputa multidirecionada pela intensificação no estreitamento das relações com o país eslavo decorre da importância do

Estado para a segurança europeia tendo em vista a capacidade de atuação do Estado ucraniano como uma zona tampão entre Rússia e os países europeus, capaz de minimizar ações potenciais de países inimigos, A Ucrânia ainda detém uma população baseada nos preceitos agrários altamente dependente de exportações e as rotas de gás natural que ligam a Rússia à Europa, tais intentos transfiguram a Ucrânia como uma potência estratégica com capacidade de mudar os rumos das relações dos Estados mencionados.

3.5 O PAPEL SIGNIFICATIVO DA UCRÂNIA E BIELORRÚSSIA NA ESTRUTURAÇÃO DO COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA.

A apreensão da Rússia frente ao avanço de tropas ocidentais no leste europeu, sobretudo após as recentes ondas revolucionárias financiadas por potências do Ocidente, juntamente à intensificação no processo de atuação das forças da OTAN e as sucessivas denúncias reportadas pela OSCE e os demais mecanismos de defesa europeus trouxeram à Federação Russa o receio de perder sua área de influência sob a Ucrânia e Bielorrússia e a posterior perda na capacidade de atuação na política securitária da região.

Alimentado ao longo de séculos o histórico compartilhado e a prática de russificação imposta pelo regime soviético atenuaram a ligação histórico-cultural entre tais países possibilitando a construção de identidades correspondentes sobrepujando tal influência em suas políticas externas. A construção identitária dos países pertencentes ao Complexo Regional russo apresenta-se como débil devido à incorporação por parte da União Soviética e devido a esse fator o desenvolvimento do sentimento nacionalista característico da unidade nacional não pôde ser adequadamente implantado.

De acordo com Adam (2008), a identidade nacional da Bielorrússia tem como característica o reduzido grau de coesão nacional, fazendo com que uma parcela considerável da população identifique-se com a Rússia, ocasionando inclusive diversas tentativas de unificação desde o fim da Guerra Fria. Diferente da Bielorrússia a Ucrânia dispôs de alguns anos como Estado independente no cenário internacional, contudo, a pouca experiência vivenciada pelo país faz com que os costumes, religião e cultura adotados apresentem pouca disparidade, se comparados com os padrões adotados pela Rússia. Ainda de acordo com o autor atuam como fatores preponderantes a disposição ucraniana e a dificuldade de criação de uma identidade nacional, a densa população russa sitiada no país e o contexto de afastamento

e aproximação recorrentes com a Rússia.

Ainda de acordo com Adam (2008), a Rússia possui a visão de que a Ucrânia e Bielorrússia possuem laços fraternais devido a o parentesco eslavo dos três países. Contudo, por se tratar de irmãos inexperientes cabe a Rússia guia-los e oferecer ajuda, instituir ordens e ofertar proteção frente às ameaças internacionais se necessário.

Para Adam (2008), o fator econômico condiciona-se como preponderante no que concerne a relação entre Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, em especial à Rússia que utiliza-se dos seus ganhos mercantis como forma de projeção no cenário internacional. Baseada na exportação de recursos energéticos o bom relacionamento com a Ucrânia e a Bielorrússia é essencial à distribuição e chegada adequada dos produtos russos na União Europeia, tendo em vista que ambos os países abrigam as principais rotas e gasodutos de transporte de petróleo e gás natural.

Como apontado por Trenin (2001), a Bielorrússia deve ser considerada o país de maior importância para as pretensões russas. Em primeiro lugar apresenta-se o encontro entre os eixos leste-oeste e o acesso aos países da Europa central. Em segundo lugar, a Bielorrússia possui importantes rotas de trânsito com acesso aos recursos energéticos. Em terceiro lugar o país possui alcance as forças da OTAN e aos membros da União Europeia. Por fim, a Bielorrússia abriga importantes posições militares da Rússia.

Por fim, a Ucrânia e Bielorrússia apresentam-se como primordiais ao desejo de ampliação dos laços compartilhados com a Rússia fazendo com que o país almeje a criação de uma área de livre comércio e pessoas, assim como estenda seu desejo a importantes áreas como as de segurança e a intensificação de mecanismos de integração. Tal mecanismo ainda denota a importância dos dois países para a projeção regional e internacional da Rússia frente aos demais países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissolução da União Soviética e a conseqüente perda do título de superpotência mundial caracterizam alterações proeminentes no sistema internacional, os novos Estados independentes passam a lidar com suas próprias dinâmicas de segurança e inserção na economia de livre mercado, dispersando-se da influencia imperial exercida pela União Socialista. Apesar da redução visível da projeção de poder da Rússia, principal herdeira da URSS, o país consegue projetar suas perspectivas direta ou indiretamente sobre todos os países remanescentes da URSS, especialmente sobre a Ucrânia e Bielorrússia.

A demasiada atenção oferecida pela Federação Russa frente a ambos os países parte do fato de que, dentre todos os novos Estados independentes, nenhum outro apresenta singularidades tão distintas no que concerne à sucessão histórica e cultural. O compartilhamento de tais laços possibilita que as relações aqui inseridas apresentem-se como ímpares devido à incapacidade da Ucrânia e Bielorrússia de visualizarem-se e interagirem como entidades soberanas.

O Complexo Regional de Segurança apresentado ao longo deste trabalho baseia-se na união de três países que compartilham laços históricos desde sua fundação, guiados por uma Rússia enfraquecida politicamente, economicamente instável e refém das políticas mercantis implantadas pelo ocidente.

Contudo, com a implosão da URSS, a Rússia, caracterizada como herdeira legítima da união obtém o arsenal bélico proveniente da União Socialista, preserva o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e, sobretudo, projeta-se regionalmente como potência regional capaz de figurar as dinâmicas de segurança do Leste Europeu. A recuperação econômica e a otimização frente à extração e distribuição de recursos energéticos particularizam ainda mais as relações constituídas entre os três países anteriormente.

A relação entre a Rússia e Ucrânia é fortemente marcada pela repressão à cultura e idioma ucranianos, além do povoamento massivo do território ucraniano por russos como alternativa à uniformização da União Soviética caracterizando a perda da identidade nacional do país. Outro ponto sublevante no relacionamento entre os dois países é a coletivização agrária forçada responsável por milhares de mortes da população ucraniana sítiana na zona rural do país.

O fim da Guerra Fria enraizou no governo ucraniano oligarquias completas, instauradas através de eleições fraudulentas, muitas vezes financiadas pela Rússia. Sob tais

aspectos, parte considerável da população do país sai às ruas em 2004 no episódio que ficou conhecido como Revoluções Laranja, com a finalidade de se opor as eleições fraudulentas no primeiro e segundo turno reportadas pela OSCE, após forte pressão populacional e, sobretudo, de mecanismos internacionais que voltaram-se ao país com o intuito de contribuir com o movimento eleitoral novas eleições foram convocadas, dessa vez favorecendo o candidato com ideologia voltada a aproximação com a União Europeia.

Após quase uma década de aproximação intensa com a União Europeia, a Ucrânia volta a reportar conflitos em seu território. Em 2013, quando o então presidente Viktor Yanukovich, anteriormente acusado de fraude na última eleição, ratifica um pacote de ações de quinze bilhões de dólares com a Rússia, levando a população que antepõe a Europa às ruas, figurando um dualismo na população ucraniana devido à alta população de russos e descendentes no país; transcorrendo assim à anexação da Criméia e o anúncio de que as regiões de Donetsk e Lugansk passariam a proceder como unidades independentes.

No que concerne a Bielorrússia, o país compartilha um histórico bem sucedido de cooperação com a Federação Russa visto que, diferente da oposição ucraniana ao processo de russificação a Bielorrússia adota-o de forma bastante passiva, não apenas adotando o idioma russo como também o utilizando mais que o próprio idioma bielorrusso.

Baseado na recente onda revolucionária, que assolou os países do Leste Europeu, os partidos de oposição do país engajam-se no movimento conhecido como Revolução Jeans com o intuito de destituir o presidente enraizado no poder há mais de vinte anos: Aleksandr Lukashenko. Contudo, a repressão massiva aos opositores, a cobertura negligenciada por parte da mídia do país e os altos níveis de aprovação que o governo dispõe não levam o movimento adiante.

A política empregada no Complexo Regional de Segurança Pós-Soviético empenha dinâmicas securitivas que influenciam potencialmente todo o continente europeu. Dessa forma, a atuação da União Europeia e das forças da OTAN em países fronteiriços ao complexo, bem como o apoio proclamado de ONGs e entidades do governo Americano como medidas de reduzir a poderio comprovado no ocidente.

Portanto, a atuação de países ocidentais frente à Ucrânia e Bielorrússia caracteriza-se como uma tentativa de frear a influência regional e ascensão internacional da Rússia. Para tanto, os países da União Europeia e os Estados Unidos utilizam-se de mecanismos de ampliação no número de relações e acordos bilaterais, sobretudo com a Ucrânia, com a finalidade de reduzir a capacidade de interação da Rússia com tais países.

Frente a tal posicionamento, o relacionamento com o ocidente apresenta-se ao CRS

pós-soviético como uma ameaça potencial, sobretudo após a massiva participação de entidades e Estados Europeus, assim como os Estados Unidos no recente contencioso com a Ucrânia, tendo em vista que o estreitamento das relações com o país promoveria acesso irrestrito às principais rotas de gás natural que abastecem o continente europeu e que a capacidade de atuação sobre o território ucraniano possibilitaria a contenção imediata russa.

Dessa forma, os países pertencentes ao CRS encabeçado pela Rússia caracterizam-se como importantes áreas securitárias e mercados atrativos aos países do ocidente, sendo assim, a Rússia ciente da necessidade de preservar sua área de atuação empenha além da utilização do belicismo tradicional aplicado em sua política externa de mecanismos de intensificação nos processos integrativos e a criação de áreas de livre comércio entre os países constituintes do Complexo Regional de Segurança Pós-Soviético.

Sendo assim, é possível que a Rússia, temendo o aumento da atuação Ocidental e a consequente redução em sua área de atuação na Ucrânia e Bielorrússia, que a Federação Russa em contraponto a essa presença da OTAN e União Europeia intensifique o relacionamento já existente com a China, ocasionando uma aliança distinta com capacidade de contrapor a presença do Ocidente.

REFERÊNCIAS

ABDELAL, Rawi. **Interdependence: National Security and the Energy Trade of Russia, Ukraine and BELARUS** In: LEGVOLD, Robert; WALLANDER; Celeste. *Swords and Substance: The Economics of Security in Belarus and Ukraine*. Massachusetts: American Academy of Arts and Sciences, 2004.

ADAM. Gabriel Pessin. **As relações entre Rússia, Ucrânia e Belarus e o papel que nelas exercem os recursos energéticos**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

ALVES. André G. P. **Uma Longa Transição: Vinte Anos de Transformações na Rússia**. Brasília: IPEA.2012.

BARATA, Pedro. **A Ucrânia, a UE e a Rússia: softpower versus realpolitik?** Janus.net: jornal eletrônico de Relações Internacionais/Universidade Autónoma de Lisboa; Portugal: 2014. Vol. 5, n.º 1.

BEYER, A. C. **Hegemony and Power in the Global war terrorism**, in F. Fels, J.F Kremer and K. Kronenberg (eds.) *Power in the 21st century international political economy in a changing world*, Berlin: Springer, 2012.

BUENO, Adriana Mesquita Corrêa. **Perspectivas contemporâneas sobre regimes internacionais: a abordagem construtivista**. Rio de Janeiro Campus (PUC-Rio), Rio de Janeiro, Brasil, jul 22, 2009.

BODANEZE. Gustavo. **A liderança da Rússia na Integração Euroasiática**. Instituto Latino-americano de Economia, sociedade e política. 2015.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear: the National Security Problem in International Relations**. Harvest Wheatsheaf, Hemel Hempstead.1983.

CARVALHO. André Viana. et al. **A Organização do Atlântico Norte (OTAN) e os novos desafios da segurança internacional no pós Guerra Fria: Reconfiguração e Alargamento**. Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais. João Pessoa. Vol 3. Nº 3, 2015

CHARAP, Samuel. **Inside Out: Russian domestic political change and foreign policy evolution from Yeltsin to Putin**. 2005. 101 fl. Tese (Master of Philosophy in Russian and East European Studies) – Universidade de Oxford, Oxford. Disponível em: users.ox.ac.uk/~MAGD1944/thesis.pdf Acesso em: 21/11/2015

COSSUL. Naiane Inez. **Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Deflagração da Segurança Humana nos deslocamentos internos forçados na Colômbia**. Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC. Departamento de Economia e Relações Internacionais. 2012

COSTA, Darc. **O futuro da OTAN**. In: Segurança Internacional – Perspectivas Brasileiras. São Paulo: FGV editora, 2010.

COSTA, Wanderley Messias da: **O Reerguimento da Rússia, Os EUA/ OTAN e a crise da Ucrânia: A geopolítica da Nova Ordem Mundial**. Revista Confins, Edição 25, 2015. Disponível em: <https://confins.revues.org/10551?lang=pt> Acesso em 03 de Maio de 2016.

COX, Robert W. Gramsci, **Hegemonia e Relações Internacionais: Um ensaio sobre o método**. In: Gill, Stephen (org) Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2007.

CRUZ, Cláudia Pfeifer; MACHADO, Iara Benta Lima. **Ucrânia Conjuntura energética e securitária- As políticas energéticas ucraniana no âmbito da política multivetorial de balanceamento**. Seminário brasileiro de estudos estratégicos internacionais- SEBREEI, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DONALDSON, Robert H. e NOGEE, Joseph L. **The foreign policy of Russia: changing systems, enduring interests**. 4.ed. Armonk: M.E. Sharpe, 2009

FIORI, José Luís. **O sistema Interestatal capitalista no início do século XXI**. In: FIORI, José Luis da C. et al. O mito do colapso do poder Americano. Rio de Janeiro, Editora record, 2014.

FISHER, Max. **9 questions about Ukraine you were too embarrassed to ask**. The Washington Post, Washington, D.C, 30 jan. 2014. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2014/01/30/9-questions-about-ukraine-you-were-too-embarrassed-to-ask/?utm_term=.cf888728cfee>. Acesso em: 30 de Out. 2016.

FRADE, Carmen Verónica. **A Política Energética da União Europeia. Segurança e Cooperação**. Tese de Mestrado em Relações Internacionais, ISCSP-UTL, Lisboa. 2014.

FREIRE, Maria Raquel. **A Rússia de Putin Vectores estruturantes de política externa**. 2. Ed. Rio de Janeiro. Alamedina, 2012.

FONTANELLI, Amanda et al. **Análise de Conjuntura da Ucrânia**. Porto Alegre, 2014.

GORBACHEV, Mikhail. IKEDA, Daisaku. **Moral Lessons of the Twentieth Century: Gorbachev and Ikeda on Buddhism and Communism**. Londres. I.B Tauris, 2005.

GOUJON. **L'Europe élargie en quête d'identité: Legitimation et politisation de la politique européenne de voisinage**, pratique de voisinage, Politique Européenne. N° 5, 2005.

GRAZIOSI, Andrea. **Les Famines Soviétiques de 1931-1933 et le Holodomor Ukrainien. Une Nouvelle Interprétation est-elle possible et quelles en seraient les conséquences?** Cahiers du Monde Russe et soviétique. Disponível em <<http://monderusse.revues.org/document2818.html>> ultimo acesso em 13 de Setembro de

2016.

HENDLER, Bruno. **A Crise na Ucrânia e os níveis de análise em segurança internacional: Um exercício analítico a partir da Escola de Copenhagen.** Conjuntura Astral/ Universidade de Brasília; 2014. Vol. 5, Nº 1.

HUNTINGTON, Samuel P. **A Ordem Política nas cidades em mudança.** Rio de Janeiro: Forense Universitária; Ed da USP. 1970.

HURREL, Andrew. **Regionalism um Theorical Perspective.** In: FAWCETT, Louise; HURREL, Andrew (ed.) *Regionalism in the World Politics: Regional Organization and international order.* Oxford: Oxford University Press, 1995.

KOVTUN, Olena. **(Não) resistir à transformação: O trabalho e a vida dos camponeses ucranianos. Estudo do Holodomor de 1932-1933.** Revista Angolana de sociologia, 2014. Vol. 13.

LAZZARI, Tiago C. **A Política Externa Russa do Início do Século XXI: tendências e perspectivas.** Revista Conjuntura Austral. Vol. 2, nº. 3-4, Dez.2010 – Mar.2011.

LEMAITRE, Pierre, TROMER, Elzbieta e WÆ VER, Ole. **The European Security Order Recast.** Londres, Pinter.1990

LIEVEN, Anatol. **Ukraine and Russia: A Fraternal Rivalry.** Washington: United States Institute for Peace, 1999.

MARCUS, David. **Famine crimes in internacional law.** *The American Journal of Internacional Law.* Vol.97, 2003.

MARKUS, Ustina. Belarus. In POLESE, Abel; Ó BEACHÁIN, Donnacha (org). **The color revolutions in the former Soviet Republics.** Oxon: Routledge, 2010.

MARPLES, David. R. **Outpost of Tyranny? The Failure of Democratization in Belarus.** Democratization, Oxon, Vol 16, nº 14, 2009.

MAZAT, Numa; SERRANO, Franklin. **A Geopolítica das Relações entre a Federação Russa e os EUA: da “Cooperação” ao Conflito.** OIKOS, Rio de Janeiro, v.11, n.1, 2012.

MCFAUL, M. **Transitions from Postcommunism.** *Journal of Democracy.* Vol. 16, nº 3, Julho. 2015.

MIJAILOVICH, Mikhail. **Ocupación, Resistencia y Liberación em Bielorrusia.** Foro Segunda Guerra Mundial, 2006.

MORGUENTAL, Hans. **A Política entre Nações. A luta pelo Poder e pela Paz.** Brasília,

Editora Universidade de Brasília.2003.

OLIKER, Olga; CRANE, Keith; SCHWARZ, Lowell; YUSUPOV, Catherine. **Russian foreign policy: Sources and implications**. Santa Monica: RAND CORPORATION, 2009.

ORTEGA. Felipe Afonso. **Cores da Mudança? As Revoluções Coloridas e seus reflexos na política externa**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

RIBEIRO. Luis de Matos. **Holodomor: O genocídio ucraniano**. Associação Internacional de estudos Ibero-Eslavos. Grupo de Investigação do centro de literaturas e culturas lusófonas e europeias da faculdade de letras da universidade de Lisboa.2013.

ROCHA. Daniela Leal. **Ucrânia na relação EU Rússia no século XXI**. Universidade do Porto, 2014.

SIPRI. **Global Nuclear Weapons: Downsizing but modernizing**. SIPRI for the media. Disponível em <https://www.sipri.org/media/press-release/2016/global-nuclear-weapons-downsizing-modernizing>. Último acesso em 05 de outubro de 2016.

SIPRI. **Rússia: World Nuclear Forces**. Sipri for the media, Disponível em <https://www.sipri.org/research/armaments-and-disarmament/nuclear-weapons/world-nuclear-forces/russia>. Último acesso em 05 de outubro de 2016.

TANNO, Grace. **A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p.47-80, Junho 2003.

TEIXEIRA. Ana Rita Sousa. **Conflito Russo-ucraniano – agendamento noticioso da SIC**. Instituto Politécnico de Lisboa. Escola Superior de comunicação social. 2014.

TOMASSONI, F. **A política externa da Federação Russa: Recursos energéticos como vetor, Gazprom como instrumento**. Geosul, 2013.

TRENIN. Dmitri. **The end of Eurasia: Rússia on the between geopolitics and globalization**. Washington: Carnegie Moscou Center. 2001.

TSYGANKOV. Andrei P. **Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity**. Editora Rowman & Littlefield. 2006.

United States Agency for International Development - USAID. **Budget Justification to the Congress, Fiscal Year 2006**. Washington, 2006. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDACD502.pdf>. Acesso em: 07 de outubro de 2016.

VACCAREZZA. et al. **As relações comerciais entre Rússia e a União Europeia e os impactos da crise na Ucrânia**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

WÆVER, Ole. "Security. The Speech Act. Analysing the Poltics of a Word". Working Paper COPRI,nº 19. 1990.

ZHEBIT, Alexander. **A Rússia e seus amigos**. In: PECEQUILLO, Cristina Soreanu (org). *A Rússia: Desafios presentes e futuros*. Curitiba: Juruá, 2010.